

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS, A PARTIR DAS POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA DO FINAL DO SÉCULO XX.

Aluna: Rosana Cristine Machado de Oliveira

Orientador: Augusto César Pinheiro da Silva

Introdução:

A saúde da população brasileira é influenciada por diversos fatores que irão determinar a permanência, o aparecimento, a persistência, a resistência, o controle e a prevenção dos agravos que acometem a população. As políticas públicas de saúde que são distribuídas no território brasileiro são desiguais, o que leva a uma má distribuição das redes de serviços de saúde e das redes hospitalares. Essas desigualdades tornam-se maiores quando se trata de áreas que ficam longe dos grandes centros de desenvolvimento de ciência e tecnologia. O modelo econômico atual reforça as políticas neoliberais, que surge em meados do século XX e acarreta em um novo padrão de vida em sociedades emergentes, colaborando para o aparecimento de novas doenças e para mudanças nas causas da mortalidade. Com a transformação nas diretrizes do Estado, a partir da Constituição Brasileira de 1988, novas políticas públicas refuncionalizam as desigualdades nos lugares, modificando o padrão de desenvolvimento político, econômico e social no espaço. O município de Duque de Caxias, apesar de proporcionar crescimento econômico ao estado do Rio de Janeiro apresenta dificuldades em oferecer melhores condições de vida à população e de levar políticas de saúde pública a seus moradores. Por que será?

Objetivo:

Esse trabalho tem por objetivo identificar as transformações socioespaciais ocorridas no município de Duque de Caxias, ao longo do século XX, e a partir disso compreender as mudanças nas políticas de saúde pública, provenientes dos impactos da modernização, que antecedem a Constituição de 1988 e após a sua oficialização. Será estabelecida uma relação entre serviços de saúde, a distribuição das redes hospitalares e a qualidade de vida da população, a partir do controle e da distribuição de água na realização dos novos contornos que a relação doença-saúde ganha com os impactos da modernização. Esta, por sua vez, duplica o aparecimento, a persistência, o controle e a prevenção dos agravos que acometem a população caxiense.

Metodologia:

Esse trabalho se estrutura na leitura de textos acadêmicos e de trabalhos empíricos a fim de que sejam identificados os impactos socioespaciais no município de Duque de Caxias e compreender as políticas de saúde pública, com o advento da modernização ao longo do século XX. Para tanto serão interpretados dados estatísticos de diversas agências, para que a base infra-estrutural que foi montada dentro do período proposto possa ser identificada como um possível caminho à redução aos agravos ligados às áreas urbanas no município caxiense. Esse trabalho servirá como apoio aos novos estudos, o que permitirá uma maior democratização de políticas espaciais municipais para que não haja tantas desigualdades na distribuição de redes e serviços de saúde pública na Baixada fluminense.

Conclusões:

Os projetos de modernização que afetam as áreas periféricas do planeta contribuem para o aumento da miséria, da violência, dos problemas ambientais e da deterioração da saúde humana, já que o Estado e uma pequena parcela da sociedade determinam o acesso, a utilização e a distribuição de serviços, além de controlarem e determinarem a localização das especialidades médicas. Todavia, o grau de modernização da saúde através de políticas públicas determinará a permanência, o controle e a prevenção de doenças que afetam a população. As mudanças políticas ocorridas no município de Duque de Caxias se intensificaram com a modernização, que ao longo do século XX, trouxe benefícios à população caxiense, porém, as transformações socioespaciais ocorridas não garantiram o acesso à água potável a maior parte dessa população, dificultando o controle de doenças causadas pela água. O município de Duque de Caxias tem uma grande responsabilidade em promover saúde a população caxiense por estar mais próximo das problemáticas que afligem a saúde da população, entretanto, as ações de saúde nem sempre são eficazes. O que se pode perceber desde o final do século XX é que a gestão e o planejamento do município em oferecer saúde de qualidade são ineficazes, comprometendo a qualidade de vida do caxiense. Portanto, o direito garantido pela Constituição Federal de 1988 não é cumprido plenamente, pois as políticas adotadas pelo município não asseguram o acesso universal e equânime aos serviços e às ações de promoção, de proteção e recuperação da saúde.

Bibliografia Consultada:

- BARATA, RB. Epidemiologia no século XXI: perspectivas para o Brasil. **Artigo especial**. Conferência apresentada no 4º Congresso Brasileiro de Epidemiologia; 1998 ago. 1-5; Rio de Janeiro, Brasil.
- DALLARI, S.G. O papel do município no desenvolvimento de políticas de saúde. Atualização / current comments. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, 25 (5): 40-5, 1991.
- FILHO, D A. Município e prática municipal: à luz da Constituição Federal de 1988. São Paulo: Editora **Revista dos Tribunais**, 1992.
- OLIVEIRA, R da S.; MARQUES, A dos S.; FIALHO, E S. e Colaboradores. **A Baixada Fluminense: novos estudos e desafios**. Rafael da Silva Oliveira, organizador. Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense (CEMPEDOCH-BF); (Núcleo de Estudos Geográficos sobre a Baixada Fluminense - NEG-BF). Rio de Janeiro: Editora Paradigma, 2004.
- ROJAS, L. I. Geografía y Salud. Entre Historias, Realidades y Utopias. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº. 25; Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB. Presidente Prudente – São Paulo - Dezembro de 2003.
- Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCERJ). **Estudo Socioeconômico 2004 Duque de Caxias**. Secretaria Geral de Planejamento; 4ª edição, estudo referente aos anos de 1998 a 2003; Outubro 2004.